



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2023 --

MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2023 -
Aos vinte e quatro do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas
reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo
deste Município
PRESENÇAS:
O deputado municipal José Fernando do Rego Cordeiro, impossibilitado de
comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, no
termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por
Ana Patrícia Teixeira da Silva
A deputada municipal Ana Patrícia Tapado Alves impossibilitada de comparecer a esta
sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no
artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fátima Fraga
O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco, impossibilitado de
comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos
termos do disposto no artigo 18°, n°1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por
Fernando Avelino Silva
Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º
$48^{\rm o}$ da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002
de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença
ABERTURA DA REUNIÃO
Pelas dezoito horas, e cinco minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia
Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, declarou aberta a presente reunião, transmitida
em direto, dando início à ordem de trabalhos
1-Ordem do dia
1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município
O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer
que neste ponto gostava de fazer algumas questões diretas sobre assuntos que os
preocupam no concelho. Relativamente aos transportes para os alunos do ensino superior
realizados ao domingo, no trajeto para Vila Real referiu que tinham tido conhecimento
de que este praticamente se sobrepõe à carreira regular para a capital do distrito, o que
faz com que o autocarro do Ave Mobilidade faça o trajeto com poucos ou nenhuns





utilizadores. Ora, tratando-se de dois serviços pagos pelo município, e por nós todos, em última análise, questionou o executivo no sentido de saber o que estavam a fazer para resolver este problema. No que concerne ao apoio dado para os medicamentos a idosos, referiu que tinham recebido queixas de pessoas que estão em instituições e que perderam esse benefício pelo que questionou o que justificava essa tomada de decisão. A respeito do saneamento da vila que ainda não está em funcionamento, questionou por que razão a ligação na Ponte do Cabril ainda não está executada. Questionou também sobre o porquê de se encontrar parada a obra de pavimentação do caminho de baixo de Pombal, em Vilar de Viando. Relativamente à linha de muito alta tensão, perguntou quais eram os últimos desenvolvimentos. No que diz respeito ao apoio aos produtores agropecuários, referiu que o executivo já fez o anúncio desta medida em 2022 e agora em 2023 mas que teve conhecimento de que os agricultores ainda não receberam nada. Questionou o porquê de não se pagar e de que maneira é que o executivo pretende acomodar esta verba agora no orçamento para 2023. Relativamente ao regulamento de apoio para todas as crianças até aos 3 anos de idade questionou qual era o tempo previsto para a sua implementação, parecendo-lhe que o processo se está a arrastar no tempo e que seria importante que, em termos formais, este processo fosse mais célere. Para terminar perguntou qual era o ponto de situação dos PR's no concelho já que alguns se encontram fechados, nomeadamente o PR1 e o PR2, e o de Vilarinho contínua sem divulgação. ----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para começar a sua intervenção manifestando a sua satisfação pelo restabelecimento e recuperação do senhor Presidente da Câmara. Sobre os assuntos, referiu que queria apresentar algumas questões, em primeiro lugar, dirigidas ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Manifestou que queria felicitá-lo pela sua recente nomeação como vogal executivo do Programa Operacional Regional do Norte pois é sempre um agrado vermos personalidades importantes mondinenses a desempenhar cargos de tão elevada responsabilidade No entanto, isto não obsta que não tenham de colocar algumas questões que para o CDS-PP são de extrema importância. Referiu que durante o seu mandato enquanto Presidente da Câmara, no período de 2009 a 2019, foram apresentadas pelo município de Mondim de Basto várias candidaturas aos fundos comunitários, algumas delas envoltas em questões pouco claras, referindo-se, em concreto, às obras de regeneração urbana da vila de Mondim de Basto, das pavimentações das vias municipais, da Casa da Cultura, das obras





da reta da Pena e das obras da ETA de Suídros. Todas essas candidaturas apresentaram irregularidades que nunca foram devidamente esclarecidas e retificadas. No que concerne à regeneração urbana, é sabido que a CCDRN notificou o município de Mondim de Basto para proceder à devolução de um valor referente a trabalhos não executados e pagos pelo município. A mesma CCDRN deliberou comunicar ao ministério público este facto. Relativamente às vias municipais, a candidatura apresentou dados incorretos, dado que a execução das obras não se enquadrava no período temporal a que a mesma candidatura indicava. Quanto à Casa da Cultura, além das questões menos claras relativamente ao concurso e elaboração do projeto, verificou-se o incumprimento flagrante do PDM de Mondim de Basto, dado que a amplificação do edifício foi feita no terreno adjacente, cujas condicionantes do PDM não foram cumpridas. No tocante à candidatura das obras da reta da Pena, verificou-se igualmente o incumprimento das normas estabelecidas para a mesma, dado que foram incluídas na candidatura e comparticipados trabalhos em terrenos privados. Finalmente, a obra da ETA de Suídros foi completamente danificada e vandalizada, causando um avultado prejuízo ao erário público, cujo montante, segundo informações recentes fornecidas na última Assembleia, ronda os dois milhões de euros, para pôr a funcionar ou o município terá de devolver mais de quatro milhões de euros à comunidade europeia. Todas estas questões foram apresentadas a seu tempo pelos autarcas do CDS-PP, cuja resolução foi sucessivamente adiada. Dado o aqui exposto, e como a resolução destas questões é da competência da comissão de gestão para o qual foi eleito, questionou qual vai ser o seu posicionamento relativamente a estes factos, dado que é indissociável às figuras de ex-Presidente da Câmara e a de gestor da referida comissão? No mesmo âmbito, manifestou que gostaria de lançar algumas questões ao senhor Vice-Presidente. A primeira vai no sentido de saber qual é a posição da Câmara relativamente à recuperação ou não recuperação da ETA de Suídros. Solicitou o fornecimento de uma cópia do estudo que deu origem ao cálculo do montante de cerca de dois milhões de euros indicados pelo senhor Vice-Presidente na última Assembleia como sendo necessário para restauração da obra. Tendo sido o ponto forte da campanha eleitoral do PSD o atraso e a demora no licenciamento das obras particulares e, segundo opinião pública generalizada, essa demora e atraso mantêm-se, questionou o senhor Vice-Presidente no sentido de saber quais foram até à presente data as alterações efetuadas ao serviço de licenciamento e obras particulares no sentido de agilizar e reduzir os tempos





O senhor Vice-Presidente da Câmara, José Carlos Amorim Carvalho, usou da palavra para, em primeiro lugar, referir que o senhor Presidente da Câmara estava numa reunião na ARS sobre a transferência de competências da saúde, que não pôde efetivamente falhar, mas que chegaria a qualquer momento. A semelhança do senhor deputado municipal Fernando Avelino Silva, congratulou em nome do executivo a nomeação do vogal executivo do senhor Presidente Humberto Cerqueira e manifestou que esperava que houvesse alguma vantagem para o concelho de Mondim. De seguida referiu que iria responder às questões colocadas. Relativamente às questões do deputado municipal Carlos Macedo começou por dizer que relativamente ao saneamento da vila e à rede de saneamento da vila esta já foi posta em carga na semana passada, ou seja, fizeram um teste de ligação à estação de Britelo, até para ver se o sistema está funcionar bem, e, pelo volume que chegou lá, fez-se uma estimativa dos custos que o concelho vai ter nessa ligação. É claro que só foi ensaiado o que neste momento está ligado à ETAR do rio Tâmega mas já deu para fazer umas contas e estima-se que irá custar cerca de vinte mil euros por mês a ligação do saneamento. É verdade que quando as ligações estiverem todas feitas este valor tenderá a aumentar, tanto mais que é um problema que temos com as ligações de águas pluviais, que é um problema constante em todos os municípios, ou seja, há muitas ligações que vão para o saneamento e que não deviam ir. Relativamente ao porquê de ainda não estar feita a ligação do Cabril, referiu que o anterior executivo deixou um projeto mais ou menos elaborado, que pressupõe uma passagem pedonal, que





é discutível. Referiu que pessoalmente gostava dela, mas que isto obrigará, com certeza, a fazer mais uma expropriação dos apoios que essa passagem obriga. Isso ainda não está feito e ainda estamos com esperança de que consigamos passar junto à ponte a tal travessia. Informou que com o gás existia o mesmo problema. A instalação do gás que vem do lado de lá também terá de passar na ponte. Relativamente à situação do caminho de baixo do Pombal, referiu que havia umas expropriações que era necessário fazer e que neste momento estão todas resolvidas. Relativamente à linha de Alta tensão informou que esta teve mais um desenvolvimento em que o tribunal tornou a dar razão à Câmara e as obras tiveram de ser suspensas. Desconhece se os senhores presidentes de junta e de conselhos diretivos sabem que eles, a partir desse momento, pararam imediatamente as obras, andaram aí quinze dias a retirar aquilo que podia ser desviado e levaram para o estaleiro. Portanto, está-se a aguardar o desenvolvimento. Neste caso, a Câmara de Mondim mantém a sua posição intransigente para obter o máximo de contrapartida para o concelho. Acrescentou, como já tinha dito na última assembleia, que ficaram um bocado tristes com as «negociatas» e negociações que outras juntas de freguesias e os conselhos diretivos fizeram, no seu direito, não considera que isso seja ilegal, obviamente, mas deviam ter dado um bocadinho mais força ao executivo nesta negociação. Quanto ao subsídio dos agricultores informou que já começaram a ser pagos. Relativamente ao PR1 e PR2, referiu que efetivamente eles estão fechados em consequência do incêndio que houve ali, o ICNF vendeu a lenha e não houve cuidado nenhum por parte do empreiteiro de retirar as lenhas com cuidado e efetivamente estragou muitos destes percursos. Portanto, está-se a fazer um esforço, falou-se com o ICNF, que se comprometeu também a fazer e fez alguma coisa que não é totalmente do nosso agrado pelo que estamos a tentar compor aquilo para ter as condições mínimas que tinha anteriormente. Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Fernando Silva, começou por dizer que relativamente à recuperação da ETA de Suídros efetivamente era verdade o que disse. Existe um estudo para a recuperação e colocação em funcionamento da ETA de Suídros e os valores de que falou estão corretos, por isso não tinha mais nada a dizer. Relativamente ao licenciamento de obras particulares, efetivamente, era um atraso e se calhar ainda o é, pode não ser igual, mas ainda é um bocadinho para aquilo que é a expectativa das pessoas. Um projeto de uma casa constitui um projeto de vida e, portanto, as pessoas, cada uma a seu momento, vive estas coisas





como deve ser e, portanto, estamos a tentar, efetivamente, melhorar essas condições. Acrescentou que tinha feito um levantamento relativamente ao ano de 2022 e constatou que o cenário não é assim tão negro, ou seja, os processos podem estar demorados, mas não na primeira resposta. Nesse aspeto está a melhorar mas a parte de esperar pelas respostas aos pedidos formulados pelos serviços da autarquia já tem que ver com o técnico ou dono da obra, não é o executivo ou a Câmara que controla. Relativamente à s outras questões referiu que iria dar a palavra à senhora Vereadora para responder. ------

A senhora Vereadora Carla Amélia Teixeira da Silva usou da palavra para dizer que relativamente à questão do transporte dos alunos do ensino superior, se passou de uma situação sem nenhuma resposta para uma situação com duas respostas, sendo que a primeira era muito má, a segunda não quer dizer que seja muito boa, pelo que se está a tentar resolver essa situação. O regulamento para o transporte dos alunos do ensino superior só contemplava a disponibilização da viatura para levar os alunos e não previa o pagamento de bilhetes ou de passes dos alunos e, portanto, neste momento, e mesmo admitindo que não faz sentido termos duas carreiras em simultâneo, a Câmara Municipal, se optasse pela Ave Mobilidade, não poderia suportar a despesa do passe ou do bilhete a esses alunos. Portanto, em relação aos alunos que vão para o Porto e para Braga, o município vai continuar a assumir nos termos em que tem vindo a assumir. Para os alunos que vão para Vila Real, está-se a fazer uma proposta de alteração do regulamento desse transporte. Essa proposta de alteração permitirá também pagar esses bilhetes, portanto passando os alunos de Vila Real para a Ave Mobilidade. Também nos apercebemos aqui de algumas situações de alguma desigualdade relativamente a alunos que frequentam instituições do ensino superior em Coimbra e Lisboa e outros destinos e iremos aproveitar estas alterações também para resolver o problema do transporte desses alunos. Relativamente aos medicamentos constatou que era verdade que alguns munícipes que estavam a ser contemplados com o apoio aos medicamentos deixaram de o ser, por imposição da Associação Dignitude, a Câmara não tendo tido aqui nenhuma possibilidade de negociação. O que a Câmara irá fazer é utilizar o Regulamento Mondim + Solidário que vai permitir que essas situações ou outras com necessidades de apoio pontuais ou situações de vulnerabilidade sejam apoiados. Portanto situações de idosos ou sem serem idosos que precisem de apoio para medicamentos poderão, junto da Câmara, requerer esse apoio e poderá ser perfeitamente enquadrável no regulamento Mondim +





O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, usou da palavra para responder ao senhor deputado Fernando Silva por ter sido interpelado dizendo-lhe que não tinha o dever nem a vontade de o esclarecer porque a Assembleia Municipal é o órgão que fiscaliza o executivo, não fiscaliza nem o Presidente da Assembleia nem a CDRN. Mas acrescentou algumas notas. A primeira nota é que de facto o senhor deputado vive angustiado com a sua pessoa pois já saiu da Câmara há três anos e o senhor deputado não o deixou em paz. Desconhece o que lhe fez, o que tem ou que sombra lhe faz, por seguir a sua vida profissional, como o senhor deputado segue a sua. Tem esse direito de viver em paz, de seguir a sua profissão para que foi eleito, tendo tido o reconhecimento de 69 municípios do norte, incluindo até o do CDS-PP, e o senhor deputado vive angustiado e com esta vontade de lhe tentar constantemente colar uma nódoa. Portanto, aquilo que lhe queria dizer era, em primeiro, pedir-lhe para o deixar em paz, está a seguir a sua vida profissional, já sofreu e a sua família também o suficiente por causa do senhor deputado e por algumas pessoas com quem se aconselha. Referiu que tinha o direito, como toda a gente aqui dentro, de seguir a sua profissão da forma digna, honesta, como sempre tem feito e que se o senhor deputado tiver algum esclarecimento a fazer, que o faça junto da entidade que referiu. Terminou dizendo que o senhor deputado, na sua intervenção, maldosamente misturou algumas coisas, algumas que são ridículas e que não fazem sentido nenhum. De seguida referiu que não iria aceitar inscrições para a defesa da honra, porque se alguém aqui teve a honra ou a tentativa de denegrir a honra foi o próprio. Portanto avisou que se fosse para intervir iria permitir a intervenção mas se fosse para defesa da honra não daria a palavra. ------





1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal ------

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2.1- Aprovação da ata de 16 de dezembro de 2022 -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Assembleia que não podia exercer este cargo de forma autocrática, limitante à forma de expressão de qualquer um dos deputados. Esclareceu que estava aqui na posição de deputado municipal, tendo os mesmos direitos de aproveitar as suas intervenções e que o senhor Presidente da Mesa não tinha o direito de julgar e adjetivar





os seus comentários. Terminou lamentando pois nunca pôs em causa o que quer que seja, apenas expôs um facto, e que considera que não é digno de ocupar o cargo que está a exercer.

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que se o orçamento para 2023 vai incorporar um saldo de 3.140.000 € do ano interior, isto os leva a pensar que a taxa de execução talvez não tenha sido a pretendida, mas que com certeza em abril irão verificar como estará essa taxa de execução. ------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação do Mapa «Demonstração do desempenho orçamental» do ano de 2022 que foi aprovada por unanimidade. -------

2.3- Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2023 -----





O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que na sua intervenção anterior o deputado municipal Carlos Macedo referiu que este ano a incorporação do saldo de gerência, que é superior ao do ano passado, era um ato de má gestão. No ano passado, o Partido Socialista, nesta Assembleia, disse que a incorporação na altura de 2,6 milhões de euros era um ato de boa gestão e citou: «a prova de que Mondim era um concelho de contas certas». Relativamente a esta alteração ao orçamento, tem-se ouvido muitas vezes o Partido Socialista a queixar-se nas redes sociais que, com este orçamento, o executivo vai gastar mais de 1.000.000 € de euros no mapa de pessoal. Acha que importa aqui esclarecer cabalmente nesta Assembleia Municipal que isso é uma mentira. Sabemos perfeitamente, ao dia de hoje, que o aumento de pessoal por decisões do Governo, liderado pelo Partido Socialista, aumentou o tal gasto em pessoal em cerca de 700.000 €. Importa dizer que só com a transferência dos funcionários





do agrupamento de escolas, que são cerca de 34, os custos com pessoal aumentam cerca de 500 mil euros. Importa aqui dizer que por decisões do Governo, como o aumento do salário mínimo, o aumento do subsídio de alimentação, o aumento das carreiras e outros custos sociais que não são uma decisão da autarquia, e das quais não está contra, mas o Estado aumenta isto por decreto e não dá às autarquias a devida retribuição financeira. Este dinheiro tem de vir de algum lado. Ouve-se muitas vezes também o Partido Socialista queixar-se aqui e nas redes sociais que os custos com os projetos vão aumentar: ainda não aumentaram. Aqui também lhe apraz dizer o seguinte. Estamos no início de um novo quadro comunitário, queremos um Mondim diferente, melhor no médio e longo prazo. A pergunta que deixou para todos é a seguinte: como é que queremos candidatar-nos a um quadro comunitário se não temos projetos? Nós temos que gastar dinheiro em projetos, nós temos de ter os projetos que o atual executivo validou nas últimas eleições autárquicas no papel, que estejam a ser desenhados para nos podermos candidatar aos fundos europeus, porque nós sabemos que se não forem os fundos europeus, o orçamento da autarquia não permite esbanjar dinheiro, o nosso orçamento está esticado ao máximo. Realçou que nesta alteração orçamental se verifica que para processos judiciais este ano o executivo tem previstos 700.000 € pelo que gostava que o senhor Vice-Presidente se pronunciasse sobre isso. Sobre estes 700.000 € ninguém fala? O Partido Socialista esqueceu-se deles? Relativamente à postura dos senhores presidentes de junta, acha que defendem muito bem e exigem o melhor para as suas freguesias, mas todos têm de perceber que numa negociação tem de haver um meio-termo. Nós não podemos exigir valores exacerbados sem nenhum sentido e achar que isso é a realidade e que isso é impor. Os senhores presidentes de junta conseguiram de facto que o executivo municipal cedesse um orçamento na questão relativa ao Acesso para Todos, um programa que não existia. Os presidentes de junta disseram, muito bem, que era assim que se devia fazer e o executivo cedeu. Este executivo está aqui para ceder no que tiver de ceder, negociar no que tiver de negociar e não ceder naquilo que não deve, mas temos de ser razoáveis, não podemos estar constantemente a ameaçar que vamos chumbar ou fazer isto. Portanto, não podemos usar nesta Assembleia, o veto ou a ameaça contra. Estamos aqui todos a lutar por um Mondim diferente e melhor. Deve ser este o nosso objetivo. --

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, Joaquim Agostinho da Mota Pereira, usou da palavra para dizer que como Presidente da Junta de Freguesia de Atei nunca

to me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Vice-Presidente da Câmara, José Carlos Amorim Carvalho, usou da palavra para dizer que iria ser muito sucinto e muito rápido em duas situações que estamos aqui a falar para arrumar com elas de vez. Referiu que, do Acesso para Todos, foi assumido por ele pessoalmente, e com os senhores presidentes de junta, nessa tal reunião que aqui foi aludida, que garantia que a verba dos 35.000 € por freguesia seria gasta em 2022 e 2023, uns gastaram, outros não, mas têm o direito completo de receber essas verbas. Ficou também decidido que cada um podia escolher a modalidade que quisesse, ou seja, podia ser a câmara a fazer as obras nesse valor, ou fazerem as obras e receberem o dinheiro pelas obras feitas. Quando se fez esta revisão orçamental e foi à reunião de Câmara, o senhor vereador Paulo Mota detetou, e muito bem, que faltava dinheiro e questionou se a verba tinha sido reduzida. Foram consultados os serviços, verificou-se esse erro e portanto corrigiu-se e fez-se uma reunião extraordinária e foi aprovada nas condições que está aqui em votação. Portanto, é garantido que os 420.000 € dos dois anos estão atribuídos às freguesias e não há mais conversa sobre isso e agora cabe a cada freguesia escolher a sua modalidade de o gastar. Umas já o fizeram e outras vão fazê-lo este ano. Relativamente à transferência de competências, foi usada aqui uma





palavra, como ato de desforra, que sublinhou: deslealdade. Isto tem a ver com a «negociata». Referiu que tinha um problema com a sua memória pois lembra-se de tudo e lembra-se que esteve reunido com os senhores presidentes de junta e que não foi desleal com nenhum deles ou então estes não o perceberam. Referiu que ouviu os presidentes de junta e usou um mail do senhor presidente de junta de Atei e foi com base neste valor, sem negociar rigorosamente nada, que se fizeram as contas. Portanto, pegou nos quilómetros que cada freguesia tinha, multiplicou pelos 850 euros, o que daria 90 mil euros para a União de Freguesias de Campanhó e Paradança, 95 mil euros para a Freguesia de Atei, 60 mil euros para a Freguesia do Bilhó, 73 mil euros para a União de Freguesias de Ermelo. Referiu que se continuasse a dizer os valores que tinha em sua posse isto daria um esforço de quase meio milhão de euros para limpeza de caminhos. É completamente incomportável, portanto isto tem que ser negociado. Deu toda a razão e penitenciou-se de que efetivamente já se estava a perder muito tempo. Nós temos que assumir uma negociação e dizer se acordamos ou não. Cada um assume depois as suas responsabilidades. Esclareceu que o executivo não tinha hipótese nenhuma de negociar com estes quase 500 mil euros por ano para limpeza de valetas e faixas de combustão. Referiu que tinha a dizer que nesta negociação apelava ao bom senso dos senhores presidentes de junta que têm o seu direito de defender intransigentemente os seus direitos. Referiu que também tinha consigo um documento com todas as verbas que foram transferidas para as juntas de freguesia para limpezas e que reportam ao ano de 2022 e 2021 no valor de 30.400 Euros. Gostaria de negociar outros valores porque estes valores efetivamente não são nada para entregar as competências de limpeza aos presidentes de junta. Portanto, refutou a palavra deslealdade, porque não é desleal e lembra-se muito bem da negociação. Em relação ao Acesso para Todos, assumiu e não poderão falhar. Em relação à negociação da transferência de competências e às limpezas, não foi assumido mas sim negociado, tendo que concordar que está a demorar. -----

O Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, **Joaquim Augusto Silva Pereira,** usou da palavra para dizer ao senhor Vice-Presidente que gostaria que dissesse qual é a fórmula que tem para distribuir os tais ditos 35 mil euros do Acesso para Todos. Acrescentou que em 2021 e 2022 o executivo anterior tinha de despender de 150 mil euros por mês para pagar dívidas do outro executivo. O atual não tem que os despender, ou seja, o executivo atual tem mais que o anterior 150 mil euros por mês, por



isso a diferença para este município é relevante. Em relação à negociação que foi agora falada, referiu que esta foi antes da aprovação do orçamento para 2023. Questionou se não houve tempo para repor outra negociação da parte do senhor Vice-Presidente da Câmara. Referiu que o que pretende não diz apenas respeito às limpezas de caminhos, também tem as jardinagens pois nas aldeias também temos direito a termos jardins e a tê-los asseados. Será que os que vivem nos outros lados não têm os mesmos direitos? ---

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, relativamente ao Acesso para todos, este tinha sido votado em dezembro de 2021 como uma verba a transferir para as freguesias mas que o que aconteceu depois em 2022 foi que o executivo pegou no dinheiro outra vez para trás, conforme interessava mais. –

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação a proposta Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2023 que foi reprovada com onze votos contra e 10 votos a favor. ------





O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** retomou a sua intervenção dizendo que não aceitava moralismos do senhor Presidente da Assembleia depois do que tinha dito ao deputado Fernando Silva nesta assembleia e do que lhe disse agora, considerando ser uma total falta de respeito perante esta Assembleia. Mais uma vez aqui se prova que o Partido Socialista é uma força de bloqueio ao desenvolvimento do concelho de Mondim de Basto. O partido socialista, ao chumbar este orçamento, está a





chumbar uma série de coisas que são benéficas para Mondim de Basto e é neste momento uma força de bloqueio. -----2.4- Aprovação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023-----O deputado municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que tinha aqui uma indicação relativamente a esta alteração e, sem querer pôr em causa as necessidades apresentadas, queria deixar uma mensagem ao executivo no sentido de reiterar a necessidade de reforçar os operacionais de rua porque, como é visível em algumas reparações de abatimento de estrada, que acontecem, esta seja mais célere e às vezes ultrapasse os vários constrangimentos. Sem pôr em causa as necessidades que são detetadas, queria realçar que têm-se notado a necessidade de haver um reforço ao nível externo de operacionais e deixava esta necessidade aqui vincada no sentido de sensibilizar para que algumas reparações, que são necessárias, possam ser executadas com mais rapidez. -----Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023 que foi aprovada por maioria com dez votos a favor e onze abstenções. -----2.5- Aprovação do reconhecimento de interesse para as populações e para a economia local - interesse público municipal - da Candidatura "Valorização do Museu Municipal de Mondim de Basto", a submeter ao PDR2020, ao apoio de "Renovação de Aldeias" da ação 10.2 «Implementação das estratégias» ------Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do reconhecimento de interesse para as populações e para a economia local - interesse público municipal - da Candidatura "Valorização do Museu Municipal de Mondim de Basto", a submeter ao PDR2020, ao apoio de "Renovação de Aldeias" da ação 10.2 «Implementação das estratégias» que foi aprovada por unanimidade. ------2.6- Aprovar a integração no domínio público municipal de uma servidão administrativa de aqueduto necessária à realização de fins de interesse público, no âmbito da empreitada denominada "Ampliação da rede de saneamento e construção de ETAR na freguesia de Atei" - nº 1712 / Atei -----O deputado municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que a sua intervenção seria para este e para os pontos seguintes. Relativamente a estes pontos,





questionou por que razão só agora é apresentada a necessidade de integrar no domínio público estas servidões, dado que é suposto que na data de assinatura do auto de consignação da referida empreitada, e já lá vai o tempo, todos os terrenos necessários para a execução estivessem livres e disponíveis para o efeito. Portanto, a questão que colocou é se foi assinado um auto de consignação ainda pelo anterior executivo e porque é que só agora é que estão a libertar os terrenos quando era previsível que tal acontecesse.

O senhor Vice-Presidente da Câmara, **José Carlos Amorim Carvalho**, usou da palavra para dizer que efetivamente devia ser acautelado, para evitar estas situações. A verdade é que não estava tanto nesta empreitada como noutras, em que foi feita a negociação a posteriori mas que estas são necessárias para concretizar a execução do projeto. -----

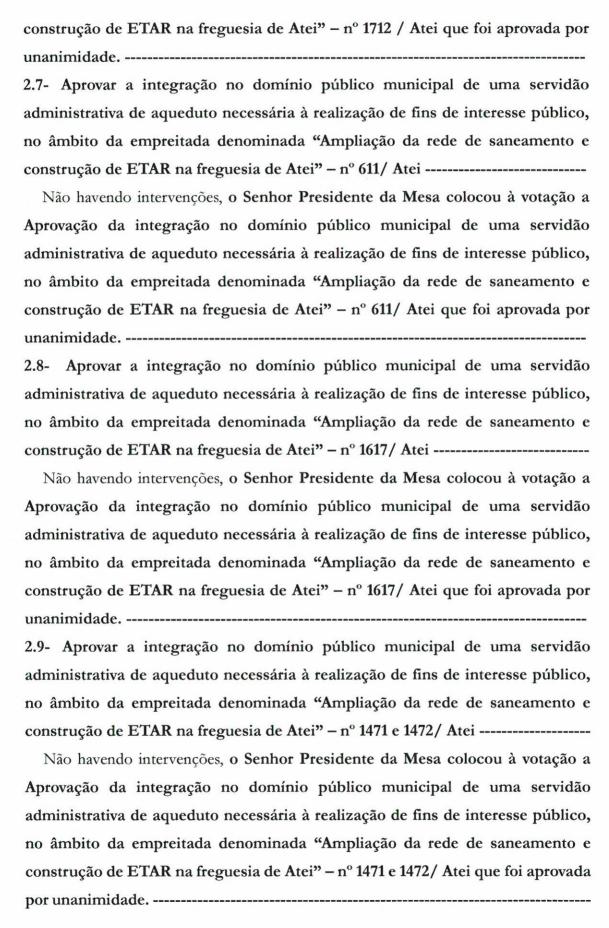
Registou-se neste ponto de trabalho a entrada do senhor Presidente da Câmara. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que, tendo em conta estes factos e a sua intervenção inicial fazendo referência ao passado, será que este facto não nos liga a um incumprimento do anterior executivo que procedeu à elaboração de um documento cujo teor não correspondia à realidade? ------

O senhor Vice-Presidente da Câmara, **José Carlos Amorim Carvalho**, usou da palavra para responder que o anterior executivo deveria ter feito o trabalho antes de consignar a empreitada. ------

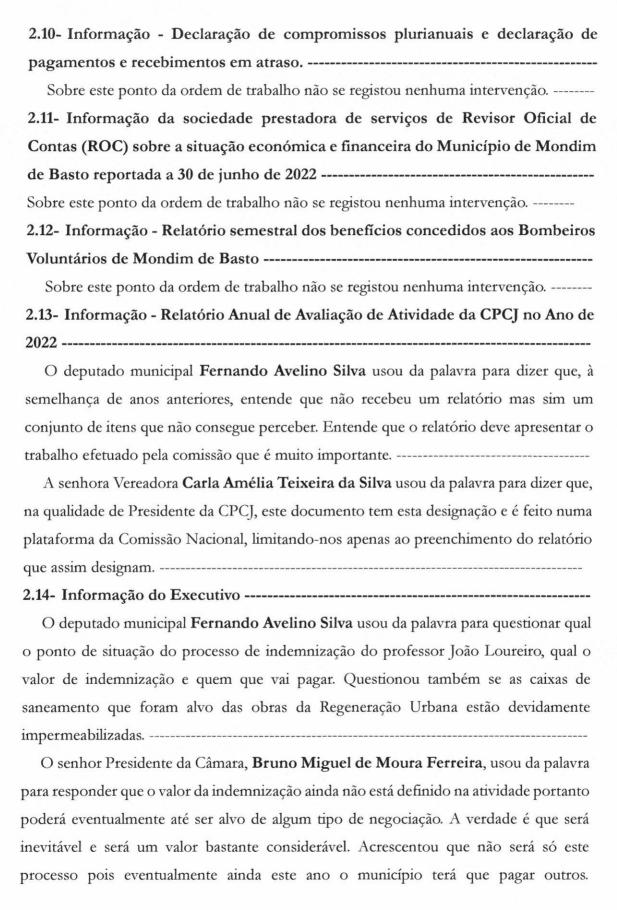
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da integração no domínio público municipal de uma servidão administrativa de aqueduto necessária à realização de fins de interesse público, no âmbito da empreitada denominada "Ampliação da rede de saneamento e













Relativamente às caixas de saneamento referiu que elas foram impermeabilizadas mas não
duram toda a vida
2.15- Intervenção do público
Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO
Tendo terminado as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia
Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião,
tendo sido aprovada por unanimidade.
Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por
encerrada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a
presente ata, que depois de lida na sessão de 28 de abril de 2023, e por estar conforme,
foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária
Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para
valer como tal. Mutallacell Emilia gonglives